



Resenha do artigo intitulado “Os Impactos da Reforma Trabalhista”

Review of the article entitled “The Impacts of Labor Reform”

 ARK: 44123/multi.v5i9.1339

Recebido: 18/05/2023 | Aceito: 06/06/2024 | Publicado *on-line*: 20/06/2024

Raquel Teresa Gonçalves¹

 <https://orcid.org/0009-0005-4126-9908>

 <https://lattes.cnpq.br/0244921564086540>

Universidade Católica de Santos, SP, Brasil

E-mail: goncalvesraquelteresa@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Os impactos da reforma trabalhista". Este artigo é de autoria de Diego Caldeira Mourão e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, no Ano XI, Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020.

Palavras-chave: Impactos. Reforma Trabalhista.

Abstract

This is a review of the article entitled "The impacts of labor reform". This article is authored by Diego Caldeira Mourão and Jonas Rodrigo Gonçalves. The article reviewed here was published in the journal Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicas e Financeiros, in Year XI, Vol. 40, Jan.-Jun., 2020.

Keywords: *Impacts. Labor Reform.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Os impactos da reforma trabalhista". Este artigo é de autoria de Diego Caldeira Mourão e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", no Ano XI, Vol. XI, n.40, jan.-jun., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

O primeiro autor deste artigo é Diego Caldeira Mourão. Graduando em Direito pela Faculdade Processus. Seu currículo pode ser consultado em:

¹ Bacharela em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo; especialista em Desenvolvimento de Gestor de Pessoas; especialista em Finanças, Auditoria e Controladoria; Professora universitária; Gestora.

<http://lattes.cnpq.br/4188625338911825> e seu Orcid em: <https://orcid.org/0000-0001-6138-3779>.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas); Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações. Seu currículo pode ser consultado em: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> e seu Orcid em: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Introdução, Desenvolvimento, Considerações Finais e Referências. O desenvolvimento do artigo abrange a contextualização da reforma trabalhista de 2017, seus impactos nas relações de trabalho, no desemprego e na economia. A pesquisa investiga se a reforma alcançou os objetivos inicialmente traçados e compara as promessas com a realidade pós-reforma, abordando temas como novas modalidades de contratação, flexibilização das leis trabalhistas e a efetividade das mudanças na prática.

O artigo intitulado "Os impactos da reforma trabalhista" apresenta uma análise aprofundada sobre as mudanças introduzidas pela Lei nº 13.467/2017 e seus reflexos no mercado de trabalho, na economia e nas relações trabalhistas no Brasil. De autoria de Diego Caldeira Mourão e Jonas Rodrigo Gonçalves, o estudo se destaca pela abordagem crítica e bem fundamentada sobre os efeitos da reforma.

Os autores demonstram grande conhecimento sobre a temática, respaldando suas análises em um embasamento teórico sólido e em dados concretos. Mourão, graduando em Direito pela Faculdade Processus, traz uma perspectiva jurídica atualizada, enquanto Gonçalves, doutorando em Psicologia e mestre em Ciência Política, contribui com uma visão ampla sobre os impactos sociais e econômicos da reforma.

O artigo inicia contextualizando o cenário anterior à reforma, destacando as justificativas utilizadas para sua implementação. Os autores apontam que a promessa de aumento da empregabilidade e da formalização do trabalho não se concretizou conforme esperado. Pelo contrário, há indícios de crescimento da informalidade e de precarização das condições laborais.

Um dos pontos fortes do estudo é a comparação entre as mudanças legislativas e a realidade do mercado de trabalho. Os autores demonstram que, apesar da flexibilização das normas trabalhistas, o desemprego não diminuiu significativamente e, em alguns setores, houve um agravamento das condições de trabalho.

A pesquisa também destaca os efeitos da reforma sobre a negociação coletiva. Os autores argumentam que a prevalência do negociado sobre o legislado trouxe desafios para os trabalhadores, especialmente para aqueles que atuam em setores com menor representatividade sindical. Isso resultou na ampliação de acordos que reduziram direitos anteriormente garantidos pela legislação.

Outro aspecto relevante abordado no artigo é o impacto da reforma na justiça do trabalho. Houve uma queda expressiva no número de ações trabalhistas, resultado de novas exigências impostas aos trabalhadores para ingressarem com processos judiciais. Esse fator, segundo os autores, enfraqueceu o acesso à justiça para os empregados mais vulneráveis.

A pesquisa também analisa as mudanças nas modalidades de contratação, como o trabalho intermitente e o teletrabalho. Os autores evidenciam que essas

formas de contratação trouxeram mais insegurança aos trabalhadores, sem que houvesse um incremento significativo no número de empregos formais.

No que diz respeito ao impacto econômico, o artigo demonstra que a reforma não foi capaz de impulsionar a economia como previsto. Os dados apresentados pelos autores indicam que a estagnação econômica e a redução da renda dos trabalhadores impediram uma retomada robusta do crescimento.

O estudo ainda discute o impacto da reforma sobre os sindicatos, argumentando que a perda de arrecadação sindical comprometeu a capacidade dessas entidades de defender os direitos dos trabalhadores e de negociar melhores condições laborais.

Os autores também exploram a perspectiva internacional, comparando a reforma trabalhista brasileira com experiências similares em outros países. Eles demonstram que, em contextos onde houve uma flexibilização excessiva das leis trabalhistas, os resultados foram semelhantes: aumento da informalidade e da precarização do trabalho.

A pesquisa se destaca por sua metodologia rigorosa, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos. Esse aspecto confere credibilidade às conclusões apresentadas pelos autores.

As considerações finais reforçam que, embora a reforma tenha sido implementada com o objetivo de modernizar as relações de trabalho e estimular o crescimento econômico, seus efeitos práticos demonstram um cenário mais complexo. Os autores ressaltam que as mudanças não atingiram as expectativas criadas e, em alguns casos, trouxeram prejuízos aos trabalhadores.

O artigo se mostra extremamente relevante para pesquisadores, juristas e economistas interessados no tema, pois oferece uma visão detalhada e crítica sobre a reforma trabalhista no Brasil.

Além disso, a clareza e a organização do texto facilitam a compreensão dos argumentos apresentados, tornando o estudo acessível tanto para acadêmicos quanto para profissionais da área do direito e da economia.

O artigo também contribui para o debate sobre possíveis ajustes na legislação trabalhista, indicando que é necessário um acompanhamento contínuo dos impactos das mudanças para garantir um equilíbrio entre a proteção dos trabalhadores e a dinamização da economia.

Em suma, a pesquisa de Mourão e Gonçalves se destaca como uma importante contribuição para o entendimento dos desafios e consequências da reforma trabalhista. A profundidade da análise e a fundamentação teórica fazem deste estudo uma leitura essencial para aqueles que buscam compreender os efeitos das transformações no direito do trabalho brasileiro.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MOURÃO, Diego Caldeira; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Os impactos da reforma trabalhista. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*. Vol. XI, n. 40, jan.-jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br>. Acesso em: 13 jul. 2022.